



Cenário do Setor - 2015

Avaliação do setor de borracha do Rio
Grande do Sul

São Leopoldo, setembro de 2015



1. Sumário Executivo

2. A economia brasileira em 2015

- ***O setor de borracha no contexto nacional***

3. O Rio Grande do Sul em 2015

- ***O setor de borracha no Rio Grande do Sul***



SUMÁRIO EXECUTIVO

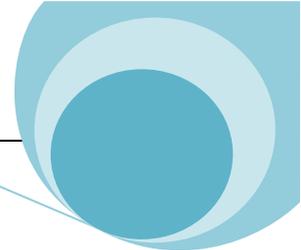
Os números recentes consolidam a percepção de que o país entrou em recessão, a despeito da sinalização que já se fazia sentir desde meados de 2014. Por traz desse cenário estão diversos fatores, mas todos como subproduto da falha da chamada "nova matriz econômica", idealizada nos últimos anos.

O descontrole do gasto público, um dos principais componentes desse desgaste econômico em pouco dá mostras de que irá ser revertido no curto prazo, contribuindo para manter a percepção de que a atual crise ainda deve perdurar por mais alguns meses.

Nessa linha, os movimentos setoriais mais fortes foram sentidos no segmento metal-mecânico com a queda das vendas de veículos, motos, ônibus, caminhões, tratores e componentes agrícolas, reboques e semi-reboques, trazendo, consigo, toda a cadeia de suprimentos, como a produção de componentes eletrônicos, metalurgia, produtos de metal, borracha, plástico, tintas e diversos outros. Assim é que a economia brasileira encerra um dos piores inícios de ano do Plano Real.

No caso do Rio Grande do Sul não foi diferente e, apesar dos resultados terem vindo menos negativos do que a média nacional, a tendência para os próximos meses é similar. Dentre os aspectos de diferenciação entre o Estado Gaúcho e o Brasil é a agropecuária, que teve um excelente resultado, contribuindo para dirimir o cenário recessivo.

Por outro lado, o setor industrial do Rio Grande do Sul sentiu o aumento da incerteza dentre empresários e que resultou na contenção dos investimentos. Além disso, as dificuldades impostas no setor exportador, mesmo diante de uma taxa de câmbio mais favorável, também resultaram em perdas importantes para exportadores de produtos manufaturados.



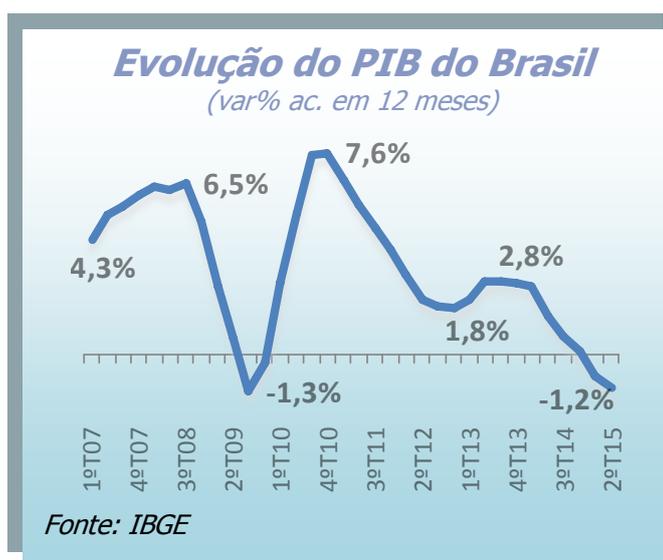
Da mesma forma que no cenário nacional, o Rio Grande do Sul também passa por dificuldades fiscais, o que se reproduz em outros Estados da Federação e também em municípios. Há problemas na parte de gastos, em especial com compromissos assumidos no governo anterior e que não encontraram respaldo orçamentário, além do fato de que a queda da atividade econômica implicou em menor dinâmica na arrecadação do principal imposto estadual, o ICMS.

Diante desse cenário, podemos afirmar que a perspectiva para o segundo semestre de 2015 é de continuidade da queda da atividade produtiva, aumento da taxa de desemprego e menor contribuição positiva da agropecuária. Nesse caso, o Rio Grande do Sul deve seguir a dinâmica nacional e apresentar uma variação negativa do PIB da ordem de 1,7% a 2%.

A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2015

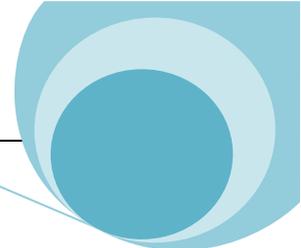
A mudança de cenário econômico verificado no Brasil entre o último trimestre de 2014 e os dois primeiros trimestres de 2015 é nítida, e foi, de certa forma, antecipada nas avaliações anteriores. A **desaceleração da atividade econômica** teve curso ainda durante os acontecimentos da copa do mundo, em meados de 2014 e, desde então, entrou em trajetória de declínio que culminou, ao final de junho de 2015, em uma queda de 1,2% do PIB no acumulado em 12 meses.

A despeito da intensidade dessa recessão ser bem próxima da verificada durante a crise de 2008-09, a verdade é que são duas crises com características distintas. Em primeiro lugar, vale destacar que a origem do cenário anterior foi a crise



financeira do subprime, e a atual em nada tem de componente financeiro. Além disso, a crise de 2008 teve repercussões internacionais, a crise atual atinge de forma mais intensa **países emergentes**, em especial o Brasil. De fato, ao olhar o desempenho de economias como os EUA, China e boa parte de Europa, é possível notar manutenção do crescimento, mesmo que, em menor intensidade. Outro ponto de diferenciação entre as duas crises é a situação fiscal do Brasil no momento de sua eclosão.

Em 2008 o orçamento federal contava com superávits da ordem de 3-4% do PIB e havia recursos suficientes para que o Governo promovesse uma política anti-cíclica para reduzir os efeitos negativos da crise. E de fato o fez. Nessa crise atual vemos um quadro fiscal bem mais deteriorado, o que reduz,



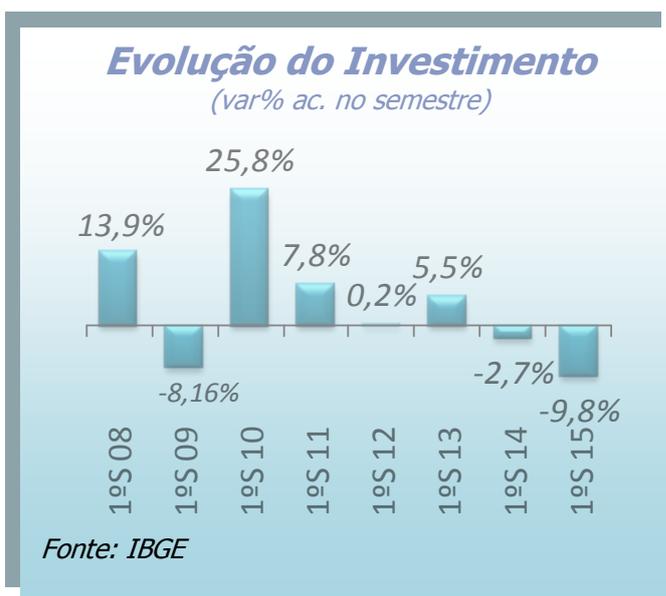
sobremaneira, a capacidade de enfrentamento dessas dificuldades. Por fim, em 2008 o Brasil não contava com uma crise política, elemento que está sendo determinante para tornar mais grave a atual desaceleração no Brasil.

Essas diferenças, que são importantes para entender a origem dessas duas crises, também são fundamentais para compreender em que sentido pode o país sair dessa situação. Parece claro que, ao menos, a **duração da recessão** atual deve bater, de longe, a crise de 2008 e se tornar a mais longa recessão que o Brasil já enfrentou, seja na análise contemporânea ou então considerando outras décadas.

Na medida em que esses elementos começaram a ficar mais nítidos, a crise de confiança se estabeleceu junto a investidores e, em pouco espaço de tempo, contaminou, também, consumidores.

Assim, é que, os resultados do Investimento completaram **oito**

trimestres consecutivos de retração, a mais longa da história da economia brasileira, e reflete o quanto que o cenário se tornou deteriorado. Considerando apenas os resultados do primeiro trimestre podemos dizer que esse é o pior início de ano desde o Plano Real, superando, inclusive, a retração verificada no início de

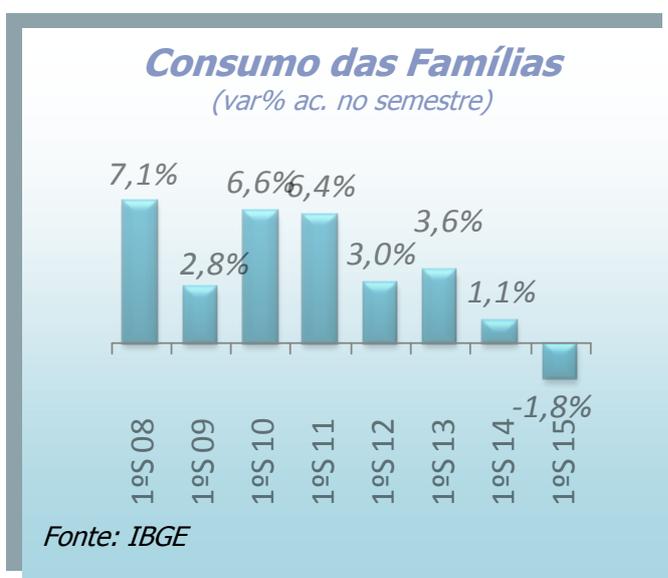


2009.

Em uma perspectiva para os próximos meses podemos considerar que esse cenário, por hora, possui poucos elementos para se modificar. De um lado perdura a crise política, que ajuda a potencializar a perda de confiança de

empresários e adia intenções de investimentos. De outro, temos as taxas de juros elevadas, que tornam a rentabilidade desses investimentos mais baixa e que, conjugada com a perda de dinâmica do mercado de trabalho, reduz a demanda por bens e serviços e mantém a ociosidade elevada nas empresas. Nesse sentido é bem provável que números melhores nessa variável apenas voltem a acontecer em meados de 2016.

Talvez a maior surpresa de analistas seja a forte retração verificada no consumo das famílias, e que se constitui na **primeira queda, em início de ano**, da última década. Um sinal claro de que o modelo macroeconômico



traçado pelo governo, muito centrado no consumo, nesse período, mostrou sinais de esgotamento. De fato, a retração do gasto das famílias ocorre por dois trimestres consecutivos, fato inédito no Brasil, e reflete diversos aspectos da economia, como uma inflação mais elevada, que reduz o poder de compra, as

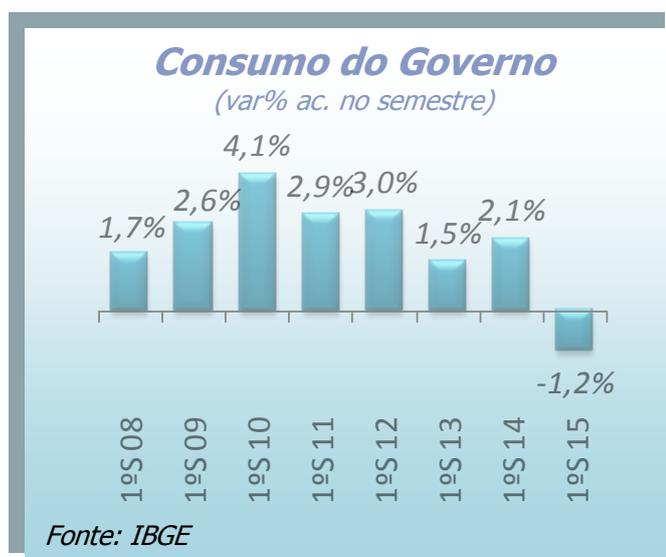
demissões no mercado de trabalho que impacta a massa de salários, a elevação das taxas de juros que inibe a demanda por mais crédito, de um lado e, de outro, encarece o financiamento e, por fim, o já elevado endividamento das famílias, o que abre pouco espaço para ampliação de novos gastos.

Vale destacar que os economistas estudam esse fenômeno há tempos, sendo natural esperar que os **ciclos de consumo mostrem esgotamento**. A questão importante do ciclo atual é que ele tem todas as características de ainda perdurar por mais alguns trimestres. A inflação não dá sinais de que irá ceder de forma rápida e o Governo, na ânsia de promover o equilíbrio

orçamentário, fez diversas elevações de impostos que irão, inevitavelmente, reduzir ainda mais o poder de compra das famílias. De outro lado, a forte desvalorização da taxa de câmbio oferece risco inflacionário adicional que pode inibir reduções nos juros no primeiro semestre de 2016. Portanto, é natural esperar que o ajuste do orçamento das famílias continue pelos próximos meses, e devemos ter, certamente, um dos piores natal da história do comércio no Brasil.

Nesse cenário de queda no consumo nem o Governo escapou de fazer ajuste nas contas fiscais. Vale destacar que aqui nos referimos ao setor público no sentido amplo, envolvendo a **União, Estados e Municípios**.

A queda de 1,2% no consumo do governo no PIB foi a primeira depois de anos apresentando crescimento. Na verdade é a primeira retração em um trimestre desde o segundo trimestre de 2001.



O principal fator a motivar essa retração em 2015 é justamente a dificuldade fiscal enfrentada tanto pelo governo federal quanto pelos Estados e municípios. O descontrole dos gastos promovidos nas gestões anteriores, que se encerraram em 2014, deixaram os novos governos (em alguns casos até o mesmo governo e partido), em situação difícil para fazer frente aos novos gastos assumidos na gestão passada.

No caso do Governo Federal o **descontrole nas contas públicas** nos últimos anos produziu o maior déficit primário da história do Brasil na era do Plano Real. Com o aumento dos juros, a perspectiva que esse resultado fiscal coloca sobre a dívida pública é preocupante. Mesmo diante de uma hipótese de

equilíbrio orçamentário para 2015 e 2016, a dívida pública poderia facilmente subir 7 pontos percentuais em cada um dos anos e atingir quase os 80% do PIB. Esse ponto tem sido, e ainda deve ser, o principal fator de risco para o país. Tanto é que o Brasil perdeu, ainda no terceiro trimestre, o selo de **grau de investimento**, por parte de uma das três grandes agências de classificação de risco que atuam no mundo.

Um dos setores que mais sentiu a crise foi a indústria. A desaceleração nesse setor já dura 19 meses e nem sinal de que tenhamos atingido o momento de turn point. Ou seja, o fim do ciclo de queda. Não só apenas o

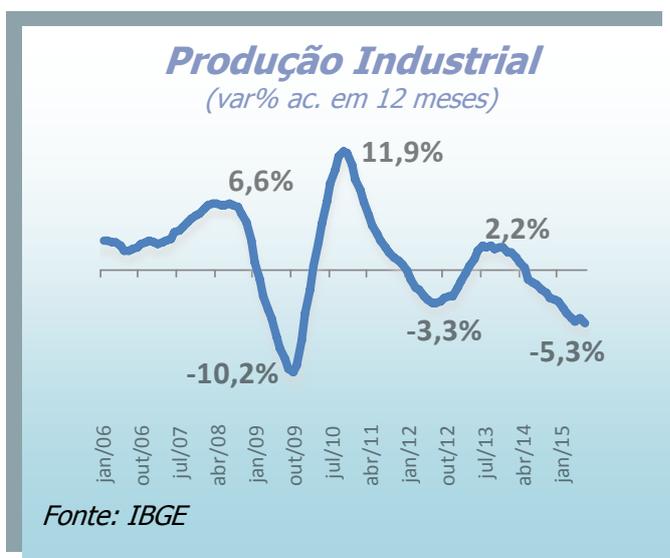


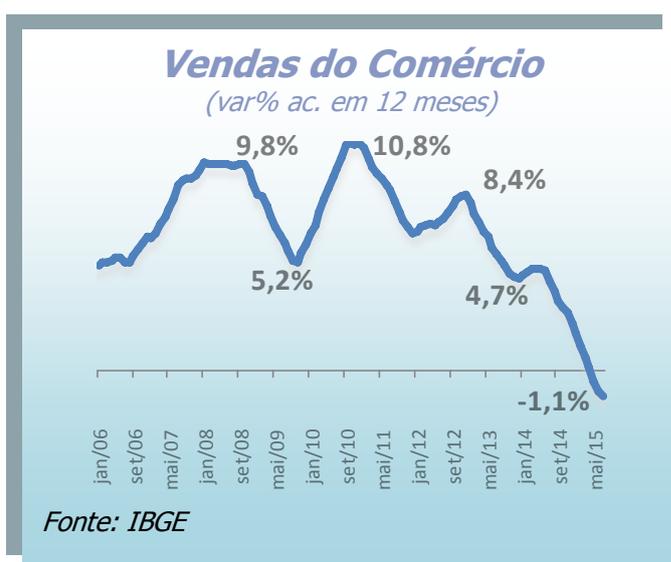
gráfico em 12 meses mostra que a **desaceleração é continuada** como também reflete uma das mais longas recessões que o setor já passou na história econômica do Brasil. Um ponto interessante é que o cenário entre a indústria de transformação e a indústria extrativa é distinto. Enquanto a primeira amarga uma queda de

7% em 12 meses, a indústria extrativa cresce 8,1%.

O segmento mais atingido com essa crise é a indústria de veículos automotores e de máquinas e equipamentos. A primeira experimentou forte queda da demanda, em um cenário de **restrição de crédito**, queda da renda e aumento da taxa de desemprego. Cenário que prejudica a demanda por bens de **consumo duráveis**. Aqui vale uma importante reflexão. Como a maior parte dos veículos produzidos no Brasil é para atender a um público de renda mais baixa e a atual crise atinge de forma mais forte essa parcela da população, era natural que a demanda por veículos tivesse retração. Aos

poucos, seguindo esse cenário, a indústria foi cortando produção, medidas essas que seguiram três ciclos de redução da produção para **equalizar estoques**. De acordo com projeções de entidades do setor, a perspectiva de retomada da produção e a construção de um cenário de normalidade só acontecerão em meados de 2016.

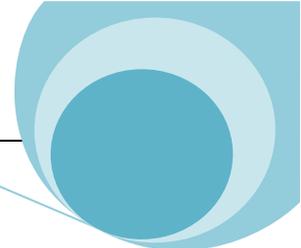
Outro setor que sentiu de forma drástica a crise atual foi o comércio. Como pode ser visto no gráfico, a queda de 12 meses é a primeira desde 2006,



mas, na verdade, podemos retroagir até 2004. Sendo assim, é a **primeira retração do setor em mais de dez anos**. Os motivos para essa queda são bem conhecidos: inflação elevada, que reduz o poder de compra das famílias, juros altos que encarecem o crediário, deterioração das condições do mercado de

trabalho, que impacta diretamente a formação de massa de salário e o elevado endividamento das famílias que inibe a continuidade do ciclo de alta da demanda. Vale destacar que esse resultado acontece tanto no que se denomina de varejo restrito quanto no ampliado. Esse segundo acrescenta, sobre o primeiro, as vendas do segmento de veículos, motos e peças além de insumos para a construção civil.

Tal como colocado podemos ver que há um resultado efetivo da economia nesse primeiro semestre do ano que, de longe, superou as piores **expectativas traçadas no início de 2015**. Naquele momento ainda havia a perspectiva de que o Governo conseguiria, ao menos, estancar as dificuldades fiscais e que isso poderia amenizar os impactos negativos sobre as expectativas



de investidores e consumidores. Porém, o que se notou foi não apenas uma piora da situação fiscal, mas, muito mais importante, uma deterioração das condições políticas. Assim é que a **crise política tem alimentado** a crise econômica e vice-versa.

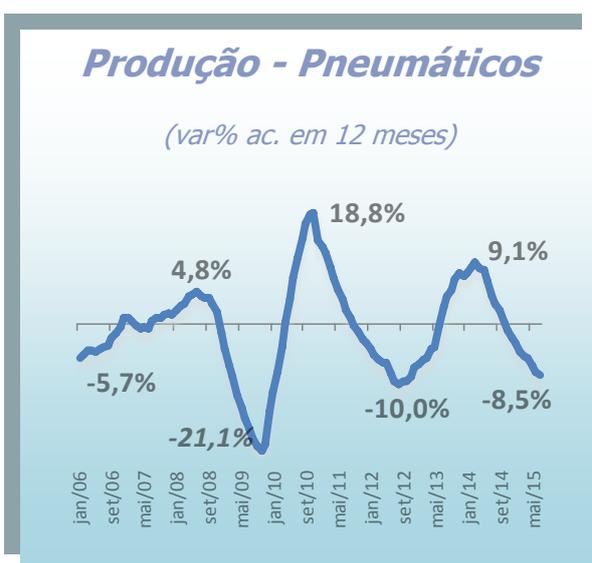
As perspectivas que se desenham para o ano de 2015 são de continuidade do ambiente econômico e político deteriorado e, diante da notícia de perda de grau de investimento, por parte de uma agência de classificação de risco, é natural esperar **que as incertezas aumentem**. Com isso, podemos ter um terceiro trimestre de nova queda da produção e do PIB, como um todo, contribuindo para que o ano feche com uma retração da ordem de 2,4%, a maior de todo o plano real.

Inevitavelmente a solução desse cenário passa pela resolução da crise política. Somente assim, com um governo que consiga aprovar projetos essenciais para a retomada do crescimento, é que conseguiremos ver uma saída honrosa para esse cenário. Também é imperioso que as propostas de **ajuste fiscal** tenham mais elementos de contenção de gastos do que de elevação das receitas. Ou seja, a saída dessa crise passa por Brasília.

O Setor de Borracha no Contexto Nacional

Com a retração da atividade produtiva no segmento metal-mecânico, importante comprador de itens da produção do setor de borracha, era natural esperar que o segmento experimentasse uma retração. De fato, como pode ser visto no gráfico, a **queda da produção**, em 12 meses acumulados até julho de 2015, foi de 7,6%, intensificando-se em relação aos resultados anteriores. Vale destacar que esse resultado foi mais intenso do que a média da indústria que, para o mesmo período, teve retração de 5,3%.

Dentre as diversas atividades que contemplam o segmento de borracha, a mais importante é a produção de pneumáticos, que tem o maior peso para a indústria nacional de borracha. Como pode ser visto nos gráficos a seguir, o segmento de pneumáticos teve uma queda mais intensa que a média da indústria de borracha, situando-se em 8,5% de retração em 12 meses terminados em julho.

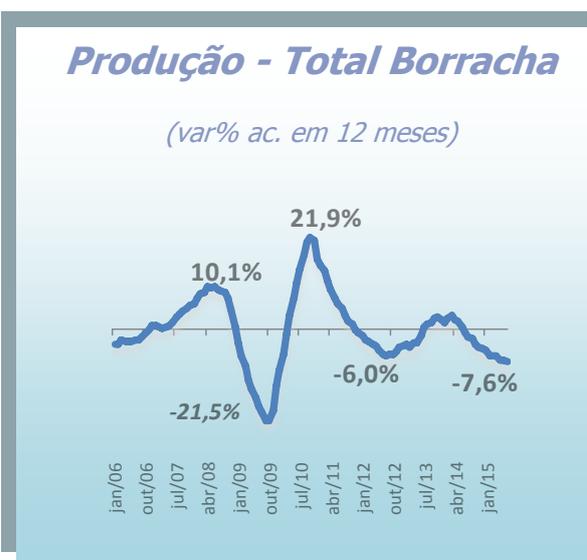


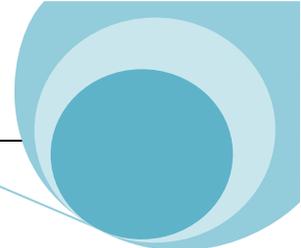
O elemento determinante para explicar esse comportamento foram as quedas das encomendas de veículos automotores, uma vez que a produção teve uma forte retração nesse período, tanto para automóveis quanto para a produção de ônibus, caminhões e motos e demais. Além da retração da demanda interna, os resultados verificados para o setor externo também não foram

positivos, refletindo as dificuldades em conquistar novos mercados, mesmo diante de um crescimento econômico internacional e de uma taxa de câmbio muito mais favorável.

Nessa análise podemos dividir as exportações entre matérias primas, produtos relacionados a artefatos de borracha e também de pneumáticos. Esse último é o maior, em termos de

exportações, tendo no primeiro semestre de 2015 atingido os US\$ 629 milhões, uma queda de US\$ 62 milhões sobre o resultado do mesmo período de 2014. Vale destacar que esse foi o pior resultado para as exportações de pneumáticos desde a





crise de 2009. A seguir temos as exportações de matéria-prima e que tiveram um



pequeno crescimento sobre o resultado do mesmo período de 2014, de US\$ 3 milhões. Por fim estão as exportações de artefatos de borracha, que mantiveram estáveis sobre o primeiro semestre de 2014.

Se de um lado as exportações em dólares não alavancaram, por outro, quando convertidas em reais pelo **câmbio médio de cada mês**, e trazidas a valor constante de julho de 2015 pelo IPCA,

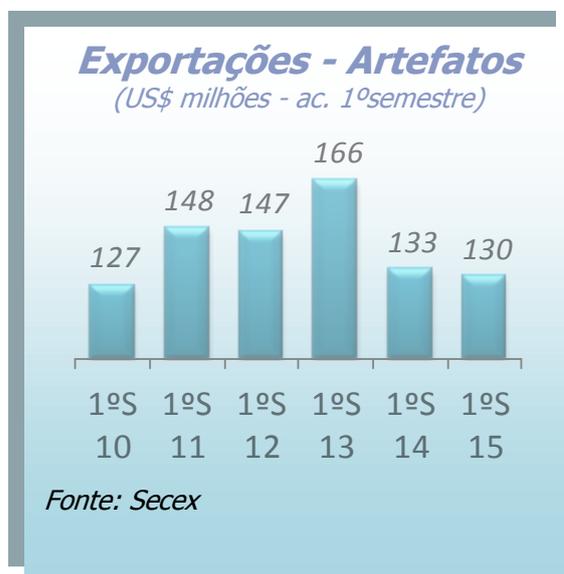
podemos ver que o cenário é outro. Nesse caso, as exportações totais de borracha apresentam um total de R\$ 259 milhões no primeiro semestre de 2015, o melhor resultado desde 2013 e um **crescimento de 10,1%**. Em todas as aberturas podemos ver um crescimento dos valores, com destaque para a receita com as exportações de matéria-prima com expansão de 19% e aumento de R\$ 87 milhões sobre 2014.



Em uma análise prospectiva podemos afirmar que durante o segundo semestre de 2015 as exportações devem seguir no mesmo ritmo lento de retomada, dada a dificuldade na absorção do produto por parte dos nossos principais parceiros comerciais. Porém, na medida em que a desvalorização da taxa de câmbio for incorporada nas negociações, o fator competitividade pode contribuir para mudar esse cenário. Se em termos de quantidade e valores em

dólares os resultados não são esperados, é certo que, para cada valor exportado durante o ano o retorno será maior, o que pode estimular as exportações durante o ano de 2016.

De acordo com o FMI a perspectiva para o cenário internacional em 2016

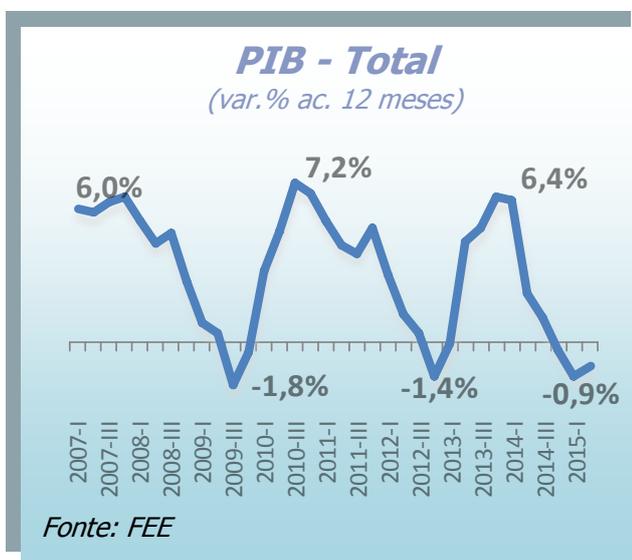


é de continuidade do crescimento na ordem de 3,3%, com destaque para os EUA. A China deve desacelerar para uma taxa mais próxima de 6,5% e a América Latina deve ter crescimento mais baixo, em torno de 1,5% a 1,8%. Nesse cenário será natural esperar ligeiro aumento das exportações, que devem ser o principal vetor de retomada da atividade do setor, uma vez que, no

mercado interno as perspectivas não são positivas. De fato, analisando os indicadores de confiança dos empresários do setor de borracha, podemos ver que essa ainda encontra-se nas mínimas históricas e abaixo da média do Brasil, porém, estável em relação a avaliação do início do ano.

O RIO GRANDE DO SUL EM 2015

O cenário econômico do Rio Grande do Sul reflete, em grande medida, o comportamento da atividade no Brasil. As exceções ocorrem em momentos onde há **choques de oferta** negativos no estado, em especial em secas que atingem a produção agrícola. Felizmente não experimentamos esse impacto no primeiro semestre de 2015 e a economia gaúcha pode experimentar uma performance melhor que a nacional, a despeito do número negativo.

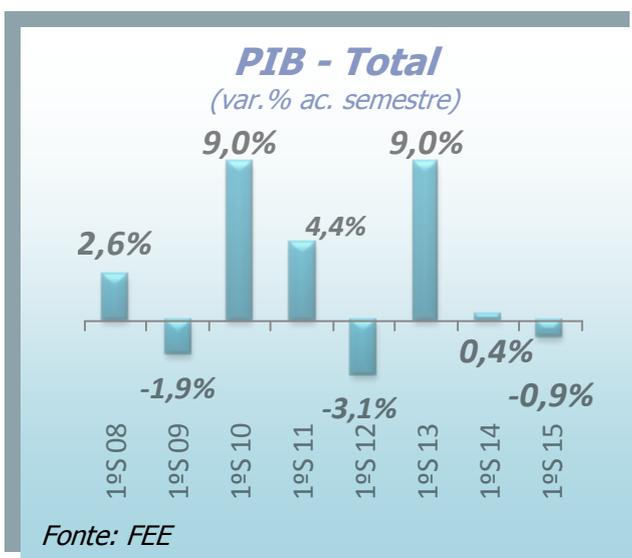


Em doze meses terminados em junho o PIB do Rio Grande do Sul teve queda de 0,9%, **bem menos intensa** que a verificada no Brasil. Além disso, ao passo que no Brasil podemos ver uma curva de desaceleração que ainda não apontou para uma retomada, no Estado essa já é mais nítida. Esse resultado foi, em grande medida, influenciado pelo bom momento que passa a produção de grãos, com avanço da área, da **produtividade** e também da produção, principalmente de soja. Aliado ao fato de que a taxa de câmbio favorável para o produtor representou uma boa rentabilidade, as regiões mais voltadas para a produção agrícola experimentaram um cenário bem diferente das regiões onde predomina a atividade industrial, como é o caso da **Serra gaúcha** e também da região metropolitana.

Mesmo com o resultado da atividade produtiva agregada no Rio Grande do Sul tendo mostrado menos desaceleração que a média nacional, o fato é que os mesmos fatores que afetam de forma negativa a economia brasileira também acontecem por aqui. A piora do mercado de trabalho aconteceu em

linha com a forte queda da atividade industrial, o setor que mais sentiu a crise e mais cedo e a taxa de desemprego mostrou tendência de queda, em especial na região metropolitana de Porto Alegre. Na esteira de aumentos significativos dos preços as famílias tiveram queda da renda e, com isso, os impactos sobre as **vendas do comércio** foram pronunciados.

Porém, há alguns pontos específicos desse cenário que merecem atenção. O primeiro deles diz respeito a indústria. Com a maior incerteza no ambiente nacional, conjugada com taxas de juros mais elevadas e queda da demanda, os empresários retraíram os investimentos e, com eles, as encomendas para o segmento de máquinas e equipamentos do Rio Grande do Sul. Aqui estamos nos referindo tanto a produção de ônibus, caminhões, reboques, semi-reboques e máquinas e **implementos agrícolas** . Como esse é um segmento muito importante para a



formação do Valor Adicionado no Estado, a queda da indústria foi mais forte que a média nacional. Vale destacar também os problemas que foram enfrentados com a Argentina, um importante parceiro comercial do Estado. Outro segmento que também sentiu de forma contundente a retração da demanda foi a produção de veículos automotores, em linha com o resultado verificado no Brasil. No todo, o segmento **metal-mecânico** do Rio Grande do Sul teve uma queda significativa, puxando para baixo a atividade industrial do Estado, e apresentando números piores que a média nacional.

O segundo ponto que merece destaque nesse cenário é sobre a grave crise fiscal que atinge o Governo do Estado. As contas públicas já apresentavam



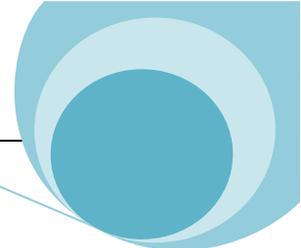
tendência de piora desde 2011, mas ao combinar o aumento de gastos com a queda de arrecadação em 2015, o que se viu foi uma deterioração maior que a esperada. O primeiro ponto tem relação com diversas ações, ainda em 2014, e que previram aumento de gastos nos anos correntes, comprometendo a saúde **fiscal e orçamentária do Rio Grande do Sul**. O segundo vetor, a queda de arrecadação, esteve ligada a menor atividade produtiva, em especial na indústria e comércio, e que resultaram em menor arrecadação de ICMS.

Os números recentes da atividade produtiva ainda não refletem a deterioração mais significativa das contas públicas e seus impactos sobre a economia, como ocorrido a partir de agosto. Isso se materializará de forma mais intensa no último trimestre do ano, podendo se alastrar para o ano de 2016 a depender do comportamento da arrecadação.

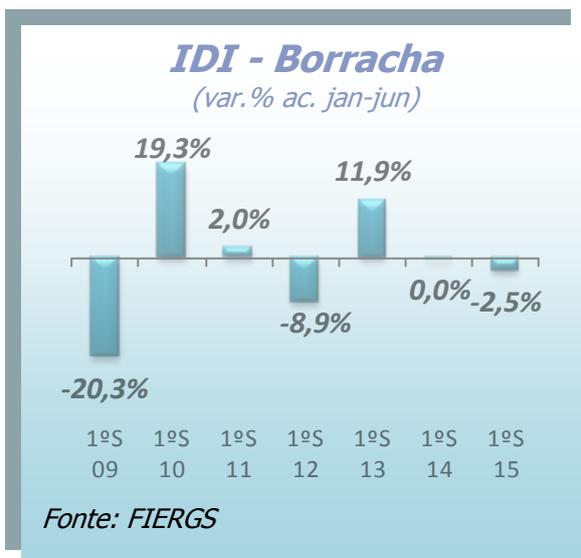
Diante do exposto, **as perspectivas** que se desenham para a atividade econômica no segundo semestre ainda são de continuidade do processo de ajuste de estoque na indústria, retração da demanda do consumo das famílias e dificuldades no processo de exportação, podendo afetar a quantidade. Outro ponto de destaque é que dificilmente teremos a contribuição positiva que a agropecuária propiciou no ano de 2015. Isso porque a nova safra está sendo constituída com um custo mais elevado e a previsão é que a produtividade não tenha o mesmo resultado. Com isso, mesmo que a soja tenha expansão de área, não seria muito esperar que a quantidade produzida se mantenha relativamente constante. Portanto, em linha com o verificado para o Brasil, a economia gaúcha pode ter uma retração da ordem de 1,8% no ano de 2015.

O Setor de Borracha no Rio Grande do Sul

Tal qual verificado para o Brasil, os resultados para o setor de borracha nesse primeiro semestre refletiram a crise. O indicador agregado do setor, medido pela Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul (IDI do setor de



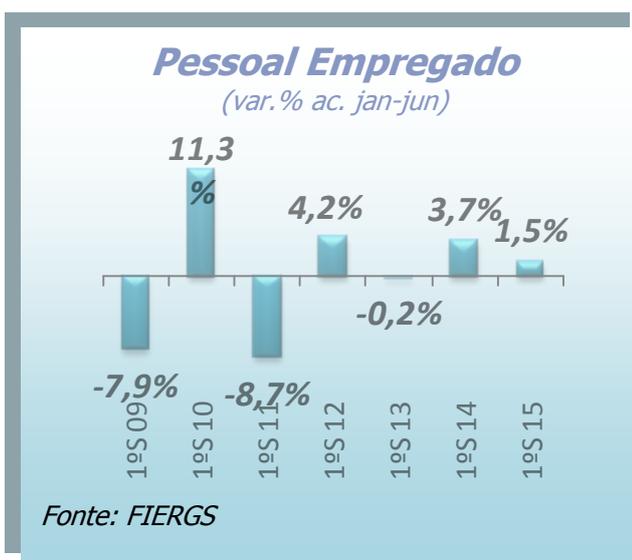
borracha), mostra uma queda de 2,5% no seis primeiros meses desse ano em relação ao mesmo período de 2014.



Apesar do **resultado não ser tão negativo**, como foi o início de ano em 2009 e em 20112, quando dos efeitos da crise do subprime e da seca, respectivamente, em 12 meses podemos ver que a tendência é de desaceleração, tendo o mesmo atingido o patamar de -1,6%. Um ponto que chama a atenção é que o mesmo indicador, quando aplicado

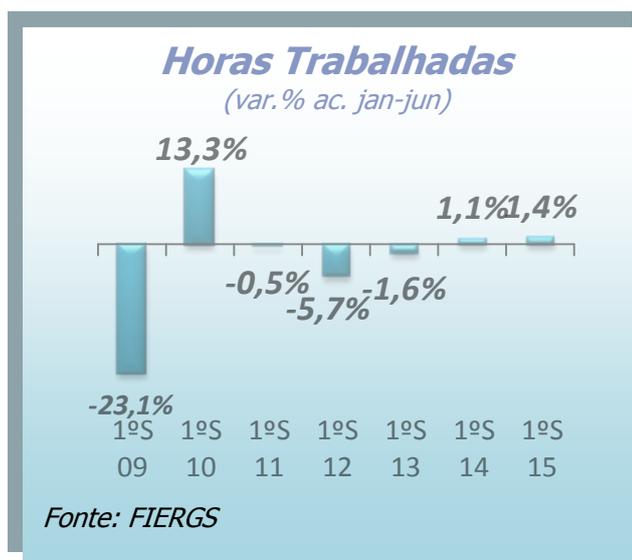
para o total da indústria de transformação, sinaliza um cenário bem mais negativo, com uma queda, nos 12 meses terminados em junho, de 6,7%. Vale destacar que esse resultado mais negativo **está sendo puxado**, para a indústria agregada, pelo segmento de veículos e máquinas e equipamentos.

Dentre as variáveis que compõem esse indicador destaque para as relacionadas ao mercado de trabalho. Mesmo com retração da produção e das vendas no mercado interno, o mercado de trabalho ainda mostra números positivos. O

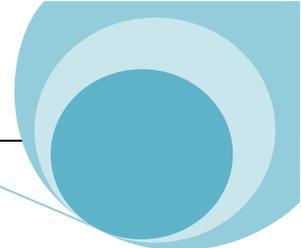


peçoal ocupado avançou 1,5% e as horas trabalhadas 1,4%. Por outro lado a massa de salários teve queda de 7,2%.

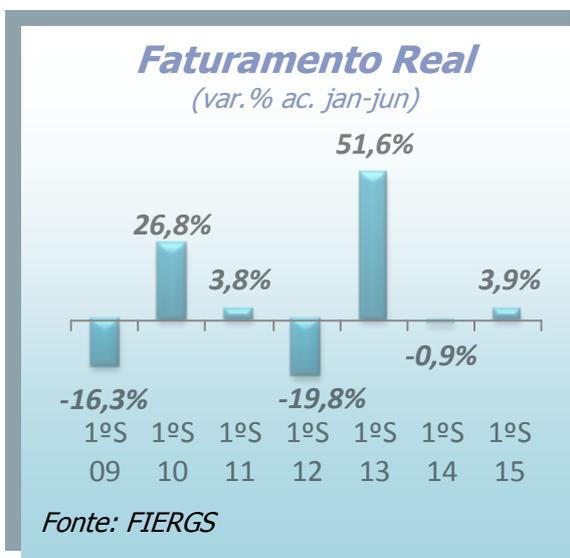
No caso da indústria total, o movimento se mostra mais negativo, com o pessoal empregado caindo 5,1%, as horas trabalhadas 8% e a massa de salários uma retração mais suave, de 5,2%. O que pode explicar esse resultado no segmento de borracha é que o setor conseguiu ao menos manter a atividade laboral, mas com menores *reajustes de salários*, o que, descontada a inflação do período, resulta na queda real significativa para a variável de massa de salário. Por outro lado, a queda menos intensa da massa de salário na média da indústria do Rio Grande do Sul é resultado de reajustes mais próximos da inflação sem, no entanto, conseguir superar a queda real. Vale destacar que esse cenário para o segmento da borracha está em linha com o verificado para a média do Brasil, onde é possível ver uma retração de 2,2% na massa de salário real.



A avaliação em 12 meses, útil para sinalizar uma tendência de longo prazo, mostra um mercado de trabalho em desaceleração, seja na indústria total do Rio Grande do Sul ou no segmento de borracha. No primeiro caso, o *pessoal empregado* acumula queda de 4,3%, as horas trabalhadas de 5,7% e a massa de salários de 2,7%.

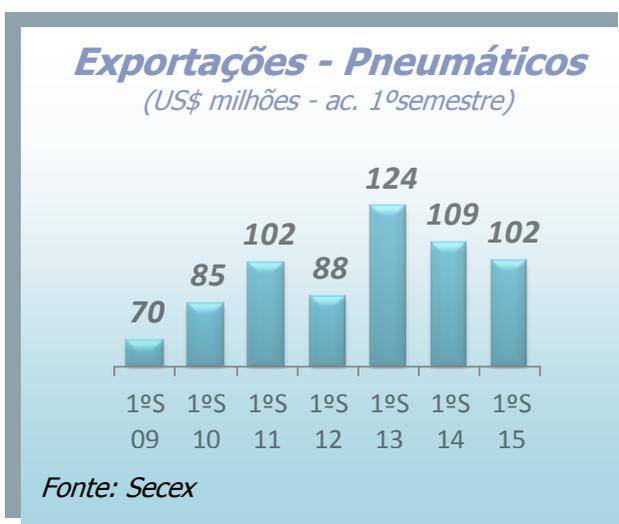


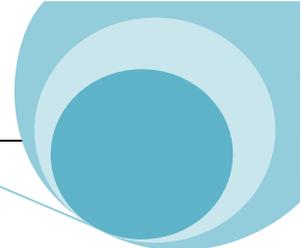
As mesmas variáveis, quando medidas para o segmento da borracha, apontam resultado positivo, para o caso do pessoal empregado, evolução de 0,6%, mas em desaceleração, tendo passado de 2,7% quando medida em



junho do ano passado. As horas trabalhadas se estabilizaram, quando medidas em 12 meses, no patamar de -1%, e a massa de salário em **desaceleração menos intensa**, em -0,5%. Note que ao comparar o resultado de 12 meses, mais ameno do que o resultado do acumulado de 2015, fica claro que o processo de queda da massa de salários é recente.

Por fim temos a variável de faturamento. No ano o mesmo tem desempenho positivo para segmento da borracha no Rio Grande do Sul, com expansão de 3,9% em termos reais comparativamente ao mesmo período de 2014. Esse resultado se contrasta com o verificado para a média da indústria no Rio Grande do Sul, onde há uma queda de faturamento de 11,2%. O que pode ajudar a explicar essa diferença de performance no ano entre o segmento de borracha e o total da indústria é, de um lado, a forte retração das vendas de máquinas e equipamentos e de **veículos no mercado interno**, e a retração nas exportações, componentes que não tiveram retração tão intensa no segmento de borracha.



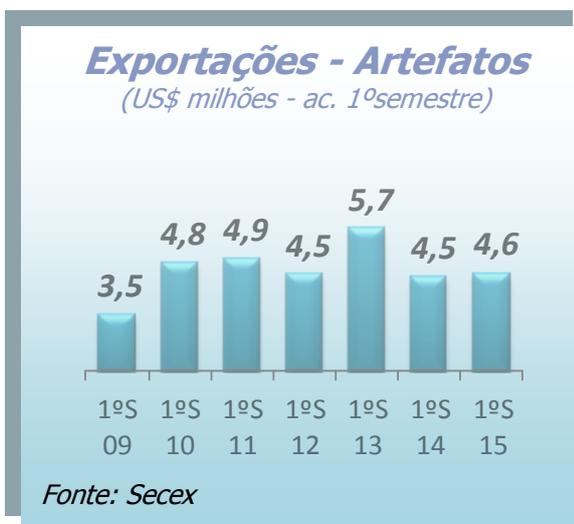


O principal item de exportação do setor são os pneumáticos, que totalizaram no primeiro semestre de 2015 um total de US\$ 102 milhões, um pouco mais baixo (-6,3%) do que o valor registrado no mesmo período de 2014.



Porém, quando convertido em reais e trazido a valor constante pelo IPCA, esse resultado se converte em uma expansão de 21,9%, ou seja, um adicional de R\$ 59 milhões sobre o mesmo resultado de 2014 e que se incorporou no faturamento do segmento.

O segundo item mais importante nas exportações são as matérias primas e que também tiveram ligeira queda (-10%) no primeiro semestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014. Porém, a taxa de câmbio favorável transformou essa queda em uma expansão da **receita com exportações** em 17%. Por fim temos as exportações de Artefatos, que ocorrem em menor número que os demais itens, mas tiveram avanço de 2,4% quando medidas em dólares. Esse resultado, quando convertido em reais, resultou em receita com exportações 34% maior que o mesmo período de 2014.



No total, as exportações de borracha foram de US\$ 172 milhões nos primeiros seis de meses de 2015, uma queda de 7,5% sobre o resultado do mesmo período de 2014 e o menor desde 2010. Quando **convertido em reais** esse resultado passa a ser positivo, com expansão de 20,3% sobre 2014 e representando um adicional de



R\$ 92 milhões. Certamente a taxa de câmbio ajudou o segmento a amenizar a queda do faturamento com as vendas no mercado interno, cenário esse que deve se manter para o segundo semestre de 2015. Porém, ao analisar a taxa média de câmbio de 2016 com a média de 2015 é natural esperar um resultado menos intenso. Até porque a taxa de câmbio pode não ter nova desvalorização da ordem de 50%, como ocorrido no passado recente. Sendo assim, boa parte do faturamento pode ser novamente *governada pelo comportamento* das vendas no mercado interno.

Tal como exposto, tendo como pano de fundo o fato de que a economia brasileira deve permanecer em um patamar mais deprimido de produção e consumo, é natural esperar que o comportamento do segmento de borracha do Rio Grande do Sul convirja para o verificado na *média da indústria nacional* entre 2015 e 2016.